

- XXIII -

**POLÍTICA DE AVALIAÇÃO E *ACCOUNTABILITY*
EM EDUCAÇÃO: UMA EXPANSÃO
TEÓRICO-CONCEITUAL COMO RESISTÊNCIA
DEMOCRÁTICA**

Maria Angela Alves de Oliveira – UFPE
angelao012@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a década de 1990, sistemas estaduais e municipais de avaliação foram instalados aos moldes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)⁹, consolidando-se a centralidade da avaliação para os sistemas educacionais em grande parte dos vinte e seis Estados brasileiros. Em estudo recente feito por Schneider (2017, p. 170), a autora expõe que “[...] 22 deles (81,5%) possuem sistemas próprios de avaliação”.

Nesse contexto, é recorrente os estudos sobre os sistemas de avaliação (nacional, estaduais e municipais) que vêm retratando um cenário denominado de *accountability*, ora traduzido como responsabilização ora como prestação de contas, o que justifica a pertinência da investigação na perspectiva do aprofundamento teórico-conceitual acerca do conceito de *accountability* na educação.

Compreendemos o conceito de *accountability* na educação, segundo a concepção de Almerindo Janela Afonso (2000; 2009; 2010; 2012), que envolve três pilares integrados e interconectados, que são: prestação de contas, avaliação e responsabilização. O mesmo autor explica que

Nesta perspectiva, e em determinadas situações específicas, a avaliação surge como condição necessária para a prestação de contas, sendo que esta, por sua vez, implica fornecer e disponibilizar informações e dar justificações sobre as decisões e actos praticados (*answerability*).

⁹O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala. Acesso: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/historico>, em (5/07/2016).

Finalmente, a imputação de responsabilidades e a imposição de sanções (enforcement) traduzem uma outra importante característica dos sistemas ou modelos de *accountability* (cf., por exemplo, SCHEDLER, 1999; CORVALÁN, 2006). (AFONSO, 2010, p. 22).

Partindo dessa compreensão, a proposta de comunicação ora apresentada se insere no eixo temático Política e gestão da educação básica e objetiva refletir sobre alguns apontamentos teórico-conceituais acerca do termo *accountability* na educação. As fontes que suportam este trabalho trata-se de uma amostra constituída por oitenta e seis produções acadêmicas da literatura brasileira, dentre artigos, teses e dissertações, publicados a partir dos anos de 1990 até 2018.

A pertinência do tema desta investigação justifica-se pela eminência do aprofundamento teórico-conceitual do termo *accountability*, largamente citado nos estudos acadêmicos voltados a avaliação educacional, sobretudo.

ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO: NA PERSPECTIVA DE UMA CONCEPÇÃO MAIS AMPLIADA

Ao adotar a referência teórico-conceitual de Afonso (2000; 2009; 2010; 2012) para analisar os textos da amostra, constatamos que a palavra avaliação é citada mais de 10.000 vezes, responsabilização se aproximando a 3.000 citações e prestação de contas ficando com menos de 500 citações. É perceptível uma desarticulação significativa entre os três pilares (avaliação, responsabilização e prestação de contas), comprometendo a coerência estrutural do conceito de *accountability*. Essa evidência também referenda o lugar central ocupado pela temática avaliação no campo da pesquisa em educação na atualidade.

Afonso (2012) argumenta que a concepção do termo *accountability*, dada a hegemonia dos padrões de relação entre Estado, sociedade e mercado, sob a lógica do neoliberalismo, tem sido percebida de forma negativa. Neste quadro, a responsabilização, como um dos três pilares da configuração de *accountability*, assume a “conotação negativa e culposa em termos discursivos e de representação social” (AFONSO, 2012, p. 480) e com o predomínio da tecnocracia, percebe que “a responsabilização é mais facilmente reduzida à ameaça ou imputação negativa de culpa sobre determinadas ações e seus supostos resultados” (Idem).

Verificamos que 64% dos textos da amostra traduzem o termo *accountability* por responsabilização, 21% mantem o termo em inglês, adotando a concepção mais ampliada, segundo Afonso (2000; 2009; 2010; 2012) e 15% fazem a tradução ora por prestação de contas, ora por responsabilização.

Fernandes & Gremaud (2009), explicita uma tensão na compreensão do termo *accountability*, entendido como responsabilização, estabelecendo uma relação diferencial entre responsabilidade ou ter de prestar contas e a culpabilização dos agentes escolares, na perspectiva de afastar uma relação direta entre os dois termos expondo a sua posição crítica dizendo que “Muitos críticos vêem os programas de *accountability* como uma forma de culpar professores e diretores de escola pela baixa qualidade do ensino” (FERNANDES & GREMAUD, 2009, p. 7).

Nesse sentido, considerando os debates acadêmicos sobre políticas de avaliação e *accountability* em educação, no âmbito da Educação Básica, como uma prática discursiva particular, compreendemos que, na atualidade brasileira, os elementos da ordem de discurso encontram-se em um movimento de reconfiguração no campo da pesquisa em política educacional. Ressaltamos que ocorre na atualidade uma disputa de sentidos nos argumentos teóricos-conceituais sobre essas políticas, havendo uma explícita polarização.

Observamos que um grupo importante das análises sobre a temática está aprisionado aos ideais do conservadorismo neoliberal, seja pelo reducionismo do significado de *accountability*¹⁰ como responsabilização e a restrição das modalidades de avaliação, ambos sentidos capturados por uma representação social negativa. O outro lado da polarização tem acumulado esforços em direção a expansão e ao aprofundamento teórico-conceitual do termo *accountability*¹¹ e de avaliação educacional, afirmando a pluralidade e complexidade de formas, modalidades, contextos, relações, articulações, conteúdos, entre outros aspectos, constituindo um movimento de reconfiguração do discurso sobre política de avaliação e *accountability* na educação brasileira, como uma forma de “resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social”.

¹⁰ Nigel Brooke (2006) tem respaldado essa concepção de "Políticas de Responsabilização" apoderando-se da classificação formulada por Anderson (2005), que entende a responsabilização de três formas ou modalidades, tomando como parâmetros o viés institucional (escola) e o comportamental (professor).

¹¹ (...) reitero aqui a ideia de uma configuração de *accountability* democraticamente avançada, incluindo a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, pressupondo relações e conexões abertas, problematizáveis e susceptíveis de se aperfeiçoar em ou reconstituírem, e que se sustentem em valores e princípios essenciais: a cidadania crítica, a participação, o empowerment, o direito à informação, a transparência e a justiça, entre outros. (AFONSO, 2012, p. 477-478. Grifos do autor).

ALGUNS APONTAMENTOS

Por meio da investigação realizada constatamos que o conceito de *accountability* em educação carece de um aprofundamento teórico-conceitual, mormente nos estudos voltados a educação básica, em face da desarticulação das suas dimensões estruturais, isto é, avaliação, responsabilização e prestação de contas. Para tanto, as pesquisas no campo da educação em uma perspectiva democrático-popular, em nossa percepção, precisam avançar na direção do aprofundamento teórico-conceitual do termo *accountability* no horizonte da participação e do direito a educação, como forma de resistência ao discurso hegemônico, conservador e neoliberal sobre *accountability* na educação, impulsionando subsídeos para uma agenda democrático-popular no âmbito das Políticas da Educação Básica, em particular.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, 2012.

AFONSO, Almerindo Janela. Gestão, autonomia e *accountability* na escola pública portuguesa: breve diacronia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 13-30, 2010.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 13-29, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BROOKE, Nigel. (2006). O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 36(128), 377-401, 2006.

FERNANDES, Reynaldo & GREMAUD, Amaury. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1, 213-238, 2009.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Tessituras intergovernamentais das políticas de *accountability* educacional. **Revista Educação em Questão**, 55(43), 162-186, 2017.